100% AO VIVO E ONLINE

25 A 27 DE NOVEMBRO DE 2026

ALTERAÇÕES, REPACTUAÇÃO, REEQUILÍBRIO, EXTINÇÃO E SANÇÕES NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS À LUZ DA LEI Nº 14.133/2021

DECISÕES SEGURAS NAS FASES MAIS SENSÍVEIS DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

APRESENTAÇÃO

A execução de contratos administrativos exige atenção constante e decisões seguras, especialmente diante de situações que podem alterar significativamente as condições inicialmente pactuadas. Alterações contratuais, repactuação, reequilíbrio econômico-financeiro, extinção e aplicação de sanções estão entre os temas que mais geram dúvidas e riscos para gestores, fiscais e demais agentes envolvidos na contratação pública.

Este curso foi desenvolvido para proporcionar uma visão prática e estratégica das principais ocorrências durante a execução contratual, à luz da Lei nº 14.133/2021 e da jurisprudência aplicável.

Ao longo da capacitação, serão analisados os fundamentos, limites, procedimentos e cuidados necessários para a tomada de decisões nas fases mais sensíveis dos contratos, com foco na prevenção de erros, na segurança jurídica e na adequada condução dos processos administrativos.

Uma capacitação para quem precisa compreender não apenas o que a legislação determina, mas como aplicar esses conhecimentos na prática para conduzir contratos com maior segurança, eficiência e conformidade.

O PROBLEMA QUE O CURSO ENFRENTA

O maior risco da contratação pública surge depois da assinatura do contrato. As equipas costumam ser preparadas para licitar. A execução, porém, exige decisões para as quais raramente houve formação específica: decisões tomadas com prazo curto, com impacto financeiro imediato e com a assinatura do servidor no processo.

I. Aditivo além do limite: Acréscimos e supressões somados na mesma conta, compensação entre itens, restabelecimento de quantitativo tratado como novo acréscimo e alteração consensual usada para contornar os limites legais.
II. Reequilíbrio sem método: Reajuste, repactuação e revisão confundidos entre si; pedidos deferidos sem memória de cálculo nem nexo causal, ou negados sem fundamentação capaz de resistir ao controle.
III. Extinção sem transição: Extinção unilateral sem contraditório, garantia executada de forma inadequada e serviço essencial interrompido sem plano de continuidade ou de contratação do remanescente.
IV. Sanção frágil: Tipificação genérica, dosimetria sem critérios, prazos prescricionais perdidos e decisões anuladas em recurso; ou, no extremo oposto, omissão que gera responsabilização.

100% AO VIVO E ONLINE

25 A 27 DE NOVEMBRO DE 2026

ALTERAÇÕES, REPACTUAÇÃO, REEQUILÍBRIO, EXTINÇÃO E SANÇÕES NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS À LUZ DA LEI Nº 14.133/2021

DECISÕES SEGURAS NAS FASES MAIS SENSÍVEIS DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

QUEM RESPONDE PELO ERRO É O AGENTE PÚBLICO!

Alteração mal instruída resulta em glosa. Reequilíbrio mal analisado produz dano ao erário ou enriquecimento sem causa. Extinção mal conduzida leva à judicialização e à paralisação do serviço. Sanção mal aplicada é anulada, e a sanção não aplicada configura omissão. Em todos os casos, a responsabilidade alcança o gestor, o fiscal e a autoridade que decidiu.

OBJETIVO

Responder com segurança técnica e prática às quatro perguntas essenciais que a equipa precisa saber responder na execução contratual:

1. **Cabe aditivo?** Dentro de qual limite, sobre qual base de cálculo e com qual motivação registrada nos autos.
2. **Reajuste, repactuação ou revisão?** E o que o contratado precisa provar para que o pedido seja deferido ou negado com segurança.
3. **Extinguir ou manter?** E como assegurar a continuidade do serviço, executar a garantia e respeitar o contraditório.
4. **Qual sanção, em que medida?** E como construir a dosimetria e a decisão para que resistam ao recurso e ao controle externo.

RESULTADOS ESPERADOS

- Maior segurança na instrução e na decisão de alterações e de pedidos de reequilíbrio.
- Processos sancionatórios mais sólidos em tipificação, prova, dosimetria e motivação.
- Gestão preventiva de riscos e rastreabilidade das decisões administrativas.
- Critérios uniformes para extinção, transição e continuidade contratual.
- Integração entre a Lei nº 14.133/2021, o regulamento do ente e a jurisprudência.
- Menos retrabalho e menor tempo de tramitação dos processos de execução.

PÚBLICO-ALVO

Gestores e fiscais de contratos, agentes de contratação, equipas de planeamento e das áreas de compras, contratos, engenharia e orçamento, assessoria jurídica, controle interno e demais agentes públicos que atuam na formalização e na execução contratual.

100% AO VIVO E ONLINE

25 A 27 DE NOVEMBRO DE 2026

ALTERAÇÕES, REPACTUAÇÃO, REEQUILÍBRIO, EXTINÇÃO E SANÇÕES NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS À LUZ DA LEI Nº 14.133/2021

DECISÕES SEGURAS NAS FASES MAIS SENSÍVEIS DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

METODOLOGIA

Exposição orientada à solução de problemas reais da gestão contratual:

Aulas expositivo-dialogadas: Fundamentos normativos, doutrina e análise crítica da jurisprudência, sempre a partir dos problemas concretos da execução.

Casos práticos: Um caso ao final de cada módulo, com cálculo, roteiro de decisão e redação da motivação.

Instrumentos aplicados: Checklists de instrução, roteiros de decisão e exemplos de cálculo para uso imediato pela equipa.

Material de apoio: Material digital com o conteúdo dos quatro módulos, para consulta posterior na rotina do setor.

INSTRUMENTOS DE TRABALHO QUE A EQUIPA LEVA DO CURSO

- Roteiros de decisão para alteração, reequilíbrio, extinção e sanção, do requerimento à decisão motivada.
- Modelos de cálculo dos limites de alteração e de demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro.
- Critérios uniformes de decisão, que reduzem divergências entre setores e entre processos.
- Checklists de instrução processual com os documentos exigidos em cada hipótese.
- Matriz de dosimetria com circunstâncias agravantes e atenuantes e fundamentação na LINDB.
- Jurisprudência recente do TCU aplicada a situações concretas da própria instituição.

PROFESSOR

DANIEL DE ANDRADE OLIVEIRA BARRAL

Procurador Federal da Advocacia-Geral da União no Brasil (AGU), com atuação na consultoria e assessoramento de gestores federais nas áreas de contratações públicas e concessões de serviços públicos. Ocupou diversos cargos como o de Subprocurador-Geral na matéria administrativa na Procuradoria Federal junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres, de Secretário de Coordenação de Transportes da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil da Presidência da República do Brasil, Subprocurador-Geral Federal da Procuraria-Geral Federal e de Secretário-Executivo Adjunto da Secretaria Geral da Presidência da República do Brasil, entre outros. Atualmente ocupa o cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (PFE-ANPD). É Mestre em Direito Público na Universidade Nova de Lisboa (Nova School of Law), especialista em Direito Público pela Universidade Anhanguera-Uniderp e em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). É Membro do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro – IDASAN, do Instituto Nacional da Contratação Pública – INCP, Coautor do livro Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Fórum, 2022) e Professor na área de licitações e contratos administrativos.

100% AO VIVO E ONLINE

25 A 27 DE NOVEMBRO DE 2026

ALTERAÇÕES, REPACTUAÇÃO, REEQUILÍBRIO, EXTINÇÃO E SANÇÕES NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS À LUZ DA LEI Nº 14.133/2021

DECISÕES SEGURAS NAS FASES MAIS SENSÍVEIS DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Módulo 1: Alterações dos Contratos Administrativos

1.1 Regime jurídico das alterações e prerrogativas da Administração
1.2 Alterações unilaterais e consensuais, qualitativas e quantitativas: pressupostos e motivação
1.3 Limites de acréscimos e supressões: base de cálculo e cálculo separado de acréscimos e supressões
1.4 Julgamento por item, por lote e por preço global: reflexos no cálculo dos limites
1.5 Restabelecimento de quantitativos suprimidos e vedação à compensação entre itens
1.6 Vedação à transfiguração do objeto e preservação da vantagem obtida na licitação
1.7 Termo aditivo e apostilamento: hipóteses, efeitos e instrução do processo
1.8 Regulamento do ente contratante: competência, fluxo e documentos obrigatórios

Base Normativa: Arts. 104 e 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021.

Caso Prático 01: Cálculo dos limites de alteração e redação da motivação administrativa.

Módulo 2: Reequilíbrio Econômico-Financeiro e Repactuação

2.1 Garantia constitucional do equilíbrio econômico-financeiro e sua disciplina na Lei nº 14.133/2021
2.2 Reajuste em sentido estrito, repactuação e revisão: data-base, anualidade e efeitos financeiros
2.3 Álea ordinária e extraordinária; força maior, caso fortuito e fato do príncipe
2.4 Matriz de riscos: alocação, materialização do risco e direito à recomposição
2.5 Nexo causal, impacto econômico efetivo e prova do desequilíbrio
2.6 Memória de cálculo, documentos contemporâneos e comparação de cenários
2.7 Preclusão, boa-fé objetiva e reserva de direitos na prorrogação e no encerramento
2.8 Regulamento do ente contratante: procedimento, manifestações técnica e jurídica e formalização

Base Normativa: Art. 37, XXI, da Constituição; arts. 6º, LVIII e LIX, 25, §§ 7º e 8º, 92, V, 103, 124, II, "d", e 134 a 136 da Lei nº 14.133/2021.

Caso Prático 02: Análise de pedido de revisão e construção da matriz de decisão.

Módulo 3: Extinção dos Contratos

3.1 Sistemática da extinção e das nulidades contratuais
3.2 Extinção unilateral, consensual, arbitral e judicial: pressupostos e competência
3.3 Hipóteses de extinção a pedido do contratado e suspensão da execução
3.4 Consequências da extinção unilateral: assunção do objeto, ocupação de bens, execução da garantia e retenção de créditos
3.5 Contratação do remanescente e estratégias de continuidade do serviço
3.6 Nulidade, interesse público e análise de consequências à luz da LINDB
3.7 Extinção consensual como instrumento de gestão de riscos
3.8 Regulamento do ente contratante: rito, contraditório e providências posteriores

ALTERAÇÕES, REPACTUAÇÃO, REEQUILÍBRIO, EXTINÇÃO E SANÇÕES NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS À LUZ DA LEI Nº 14.133/2021

DECISÕES SEGURAS NAS FASES MAIS SENSÍVEIS DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

Base Normativa: Arts. 90, § 7º, 137 a 139 e 147 a 150 da Lei nº 14.133/2021; arts. 20 e 21 da LINDB.
Caso Prático 03: Decidir entre extinguir, manter transitoriamente ou adotar solução substitutiva

Módulo 4: Infrações e Sanções Administrativas
4.1 Infrações administrativas e subsunção da conduta ao tipo
4.2 Advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade
4.3 Multa moratória e multa compensatória: base de cálculo, limites e cumulação
4.4 Devido processo legal: competência, comissão, notificação, defesa, provas, decisão e recursos
4.5 Dosimetria: gravidade, circunstâncias agravantes e atenuantes, danos e programa de integridade
4.6 Prescrição, desconsideração da personalidade jurídica e reabilitação
4.7 Distinção entre sanção, glosa, execução de garantia, retenção e extinção; interface com a Lei nº 12.846/2013
4.8 Regulamento do ente contratante: autoridades, rito, prazos e registros
Base Normativa: Arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021; arts. 20 a 22 da LINDB; Lei nº 12.846/2013.
Caso Prático 04: Construção da dosimetria e redação da decisão sancionatória.

REFERENCIAIS NORMATIVOS E JURISPRUDENCIAIS DO CURSO

Constituição Federal, art. 37, XXI; Lei nº 14.133/2021, especialmente arts. 90, 92, 103, 104, 124 a 139 e 147 a 163; Decreto-Lei nº 4.657/1942 (LINDB), arts. 20 a 22; Lei nº 12.846/2013; Regulamento da Lei nº 14.133/2021 aplicável ao ente contratante; Orientações Normativas e pareceres da Advocacia-Geral da União; Jurisprudência recente do Tribunal de Contas da União; Doutrina especializada.

100% AO VIVO E ONLINE

25 A 27 DE NOVEMBRO DE 2026

ALTERAÇÕES, REPACTUAÇÃO, REEQUILÍBRIO, EXTINÇÃO E SANÇÕES NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS À LUZ DA LEI Nº 14.133/2021

DECISÕES SEGURAS NAS FASES MAIS SENSÍVEIS DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

PROGRAMAÇÃO GERAL

25 a 27 de Novembro de 2026

das 8:30 às 17:30 (horário de Brasília)

24 horas de capacitação

Possibilidade de rever as aulas gravadas

NÃO PERCA MAIS TEMPO! PARTICIPE JÁ!

Entre em contato conosco e conheça nossos planos diferenciados para maior número de acessos

R$3.490,00

por pessoa

INCLUSO NESTE PACOTE

Apostila digital com o conteúdo ministrado, certificado de capacitação e aperfeiçoamento profissional digital e Possibilidade de rever as aulas gravadas por 30 dias.

PAGAMENTO

O respectivo pagamento será realizado em nome de **INOVE CAPACITACAO E EVENTOS LTDA** com o **CNPJ nº 42.004.082/0001-92**

Bradesco
Agência: 2810
C/C: 0042236-3

* Condições: O cancelamento da inscrição por parte do participante deverá ser realizado em no máximo 05 dias úteis antes da data de realização do curso online, sendo que após este prazo deverá haver a substituição do aluno ou solicitação de crédito no valor da inscrição para utilização posterior. Por motivos operacionais ou por falta de quórum, a Inove Soluções em Capacitação reserva-se ao direito de adiar, alterar a programação ou o palestrante, sem aviso prévio, por questões e razões de ordem superveniente. A inscrição será confirmada mediante envio da nota de empenho, ordem de serviço, autorização, depósito ou outra forma de comprovação do pagamento.

Cada link/senha de acesso à sala de aula virtual é exclusivo do aluno participante - não poderá ser compartilhado com terceiros. Também fica proibida a captação de som e imagens da aula e seu compartilhamento por quaisquer meios ou mídias.

* Requisitos para uma boa experiência com o curso: - Computador: Processador i3 - 3Ghz - Memória: 4GB RAM - Browser: Chrome ou Internet Explorer - Banda larga: 3 Mega - conexão via cabo (preferencialmente) ou wi-fi.

A Inove Soluções em Capacitação não se responsabiliza por falhas e problemas de conexão dos equipamentos utilizados pelo usuário.

inove

Telefone (41) 3618-9954 (41) 99957-5556
contato@inovecapacitacao.com.br